



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**  
**Gab. 02 - 15ª Câmara de Direito Privado**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4000283-81.2025.8.26.0000/SP**

**RELATOR:** DESEMBARGADOR ACHILE MARIO ALESINA JUNIOR

**AGRAVANTE:** \_\_\_\_\_ - INSTITUICAO DE PAGAMENTO

**AGRAVADO:** \_\_\_\_\_ PAGAMENTOS ELETRONICOS LTDA

**EMENTA**

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTURA, PROCESSAMENTO E LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS ELETRÔNICOS. RESCISÃO UNILATERAL ANTECIPADA E IMOTIVADA. ACORDO DE INCENTIVO COM CLÁUSULAS RESTRITIVAS PARA RESCISÃO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HIPÓTESE CONTRATUAL DE ROMPIMENTO. PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DE DANO DEMONSTRADOS. TUTELA DE URGÊNCIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.**

**I. CASO EM EXAME**

**1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DE AÇÃO DECLARATÓRIA AJUIZADA, QUE DEFERIU TUTELA PROVISÓRIA PARA DETERMINAR, NO PRAZO DE 48 HORAS, O RESTABELECIMENTO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO FIRMADO ENTRE AS PARTES, COM DESBLOQUEIO DO ACESSO AOS SERVIÇOS E RETOMADA DAS VENDAS POR RECORRÊNCIA PROGRAMADA, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R\$ 500,00, LIMITADA A R\$ 50.000,00.**

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

**2. HÁ TRÊS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE HÁ COMPROVAÇÃO NESTE MOMENTO DE QUE A RESCISÃO UNILATERAL ANTECIPADA PROMOVIDA PELA RÉ OBSERVOU AS HIPÓTESES CONTRATUAIS PACTUADAS; (II) ESTABELECEER SE ESTÃO PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC/2015 PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA; (III) DETERMINAR SE A MULTA COMINATÓRIA E O PRAZO FIXADOS PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DEVEM SER MANTIDOS.**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**  
**Gab. 02 - 15ª Câmara de Direito Privado**

4000283-81.2025.8.26.0000

610000000667.V7

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

**3. A CLÁUSULA CONTRATUAL APLICÁVEL PREVÊ HIPÓTESE TAXATIVAS DE RESCISÃO IMEDIATA, NÃO COMPROVADAS PELA AGRAVANTE A PRIORI, VEZ QUE NÃO DEMONSTROU INADIMPLEMENTO, ALTERAÇÃO SOCIETÁRIA OU DESCUMPRIMENTO DE METAS PELA AUTORA.**

**4. O CONTRATO DE CREDENCIAMENTO APRESENTADO PELA AGRAVANTE, QUE PREVÊ RESILIÇÃO UNILATERAL MEDIANTE AVISO PRÉVIO DE 30 DIAS, NÃO CONTÉM ASSINATURA DA AUTORA, NÃO HAVENDO PROVA DE SUA ADESÃO ÀQUELES TERMOS ESPECÍFICOS.**

**5. A PROBABILIDADE DO DIREITO DECORRE DA VIGÊNCIA EXPRESSA DO CONTRATO ATÉ 31/12/2025 E DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA IDÔNEA PARA O DISTRATO ANTECIPADO.**

**6. O PERIGO DE DANO ESTÁ EVIDENCIADO PELO RISCO DE PREJUÍZOS EXPRESSIVOS À AUTORA, CUJA ATIVIDADE COMERCIAL DEPENDE DA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO.**

**7. A REVERSIBILIDADE DA MEDIDA ESTÁ PRESENTE, POIS EVENTUAL PROCEDÊNCIA DA TESE DA AGRAVANTE PERMITIRÁ A RESCISÃO CONFORME AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. DA MESMA FORMA, A MEDIDA PODE SER REAVALIADA FRENTE À INSTRUÇÃO PROBATÓRIA A SER REALIZADA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS.**

**8. O VALOR E O LIMITE DA MULTA DIÁRIA OBSERVAM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, CONSIDERANDO O VALOR DA CAUSA, A CAPACIDADE ECONÔMICA DA AGRAVANTE E A NECESSIDADE DE EFETIVIDADE DA ORDEM JUDICIAL.**

**9. O PRAZO DE 48 HORAS É SUFICIENTE, DIANTE DA PLENA INGERÊNCIA DA AGRAVANTE SOBRE O RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO.**

**10. OBSERVA-SE QUE O CONTRATO PREVÊ SUA VIGÊNCIA ATÉ O DIA 31/12/2025, DE FORMA QUE, CASO OCORRA O TERMO FINAL PREVISTO, A RELAÇÃO PODE SER AUTOMATICAMENTE RESOLVIDA CONFORME OS TERMOS CONTRATUAIS.**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**  
**Gab. 02 - 15ª Câmara de Direito Privado**  
**IV. DISPOSITIVO E TESE**

4000283-81.2025.8.26.0000

610000000667.V7

**11. RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.**

**TESE DE JULGAMENTO: 1. A RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO COM CLÁUSULAS RESTRITIVAS EXIGE COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE HIPÓTESE EXPRESSAMENTE PREVISTA NO INSTRUMENTO PACTUADO.**

**DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART.300.**

**JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:**

**TJSP, AI 2162273-18.2025.8.26.0000, REL. RODOLFO PELLIZARI, 15ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, J. 17.07.2025;**

**TJSP, AI 2097292-77.2025.8.26.0000, REL. MENDES PEREIRA, 15ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, J. 23.06.2025;**

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 15ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, com observação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 26 de agosto de 2025.

---

Documento eletrônico assinado por **ACHILE MARIO ALESINA JUNIOR, Desembargador Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc2g.tjsp.jus.br/eproc/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **610000000667v7** e do código CRC **baeb11a7**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): **ACHILE MARIO ALESINA JUNIOR**

Data e Hora: 27/08/2025, às 13:51:30

---

4000283-81.2025.8.26.0000

610000000667.V7